

# Capacitação e qualificação na Advocacia Pública: investimento em favor do Estado de Minas Gerais



comp/freepik

Quando um bacharel em Direito, com três anos de experiência na área jurídica, toma posse como procurador do Estado - como aconteceu entre dezembro do ano passado e janeiro deste ano, com 42 novos membros, na Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais - termina um intenso ciclo de estudos para aprovação em um concorrido concurso público, e começa uma nova fase, de contínuo investimento em sua qualificação profissional.

Em seu exercício profissional, há que se aprimorar, constantemente, para se adaptar a reformas propostas pelo Legislativo e Executivo, como a administrativa, previdenciária e tributária; e para se atualizar quanto a legislações de áreas tradicionais como trabalho e saúde, ou específicas, como a de licitações e proteção de dados. Mais do que isso, é preciso estabelecer interface com outras áreas do conhecimento para oferecer soluções inovadoras

para o Estado, a exemplo da autocomposição extrajudicial, que ganha cada vez mais força no Brasil e em Minas Gerais.

Como a responsabilidade é grande, e o Direito, vasto e dinâmico, a Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal (Anape), por intermédio de seu braço acadêmico, a Escola Nacional da Advocacia Pública (Esnap), tem buscado meios e modos de estimular os seus associados a participarem de eventos e cursos, inclusive de pós-graduação. Com esse objetivo, tem promovido uma campanha, junto com as associações estaduais e distrital, para sensibilizar os gestores a adotarem políticas de incentivo à capacitação.

O fomento à qualificação profissional é o tema da entrevista com a diretora da Escola Nacional da Advocacia Pública (Esnap/Anape), Patrícia Ulson Pizarro Werner.

Páginas: 3 a 5



- **Palavra da Diretoria:** *É imperioso o apoio institucional na contínua formação dos procuradores do Estado*, por Renata Viana de Lima Netto, diretora Social da Apeminas. .... **Página 2**
- **Projetos e ações do Centro de Estudos Celso Barbi Filho (AGE-MG):** artigo da coordenadora Ana Paula Araújo Ribeiro Diniz. .... **Página 6**
- **Residência jurídica na Advocacia-Geral.** .... **Página 7**
- **Autocomposição extrajudicial: novo desafio para a Advocacia Pública:** artigo de Paulo Valadares Versiani Caldeira Filho, vice-presidente da Apeminas. .... **Página 8**
- **AGE-MG empossa 42 procuradores do Estado.** .... **Página 9**
- **Retrospectiva Apeminas.** .... **Páginas 10, 11 e 12**

# É imperioso o apoio institucional na contínua formação dos procuradores do Estado

Em outubro do ano passado, recebi meu diploma de conclusão da primeira turma do Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Direito Público, realizado em parceria da USP com a Escola Nacional da Advocacia Pública, braço acadêmico da Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal (Esnap/Anape). Receber meu diploma, na USP, no Largo do São Francisco, marco histórico de extrema importância para o país, foi um momento de muita emoção e reflexão.

Sob coordenação-geral, pela Faculdade de Direito da USP, da brilhante professora Maria Paula Dallari Bucci, e de Vicente Martins Prata Braga, presidente da Anape, e coordenação executiva de Patrícia Ulson Pizarro Werner (que nos concede entrevista nesta edição do Res Pública), o curso superou, em muito, todas as minhas expectativas.

Os conteúdos abordados e o extenso material estudado tiveram o efeito de elevar o repertório de interpretação do Direito e do mundo, colocar à disposição novas ou renovadas categorias de pensamento. Durante os dois anos de intensa convivência com colegas da Advocacia Pública de todo o país, percebi a relação direta do investimento na formação técnica e profissional para o crescimento do capital humano. Ao mesmo tempo, infelizmente, notei um problema institucional crônico: a falta de apoio e investimento na formação e atualização dos colegas.

Percebe-se que as Procuradorias têm vivenciado três dinâmicas distintas, mas associadas no contexto recente: por um lado, a diversificação de suas atribuições e possibilidades de atuação, configurando uma agenda que busca efetividade na execução de políticas públicas; por outro, um claro fortalecimento institucional e, por fim, e não menos desafiador, a necessidade de domínio de novas tecnologias para otimização de um volume crescente e, por que não dizer, aterrador.

“ Uma força de trabalho bem formada pode melhorar a reputação da Advocacia-Geral do Estado, demonstrando nosso compromisso com a excelência e nossos elevados padrões de desempenho ”

Contudo, esse movimento exige dos colegas, mais do que nunca, uma exaustiva corrida individual para entrega dos resultados e busca de alternativas para enfrentamento das complexidades de um Direito centrado na tecnologia, na gestão e nos resultados. Faz-se necessário e urgente o apoio institucional na contínua formação dos procuradores do Estado. Diversos são os colegas que se dedicam, exaustivamente, à formação acadêmica, gerando resultados indiscutíveis para a valorização de toda a instituição, sem, contudo, receber apoio ou contrapartidas. É primordial a criação de políticas de incentivo à qualificação.



Adriana Porto/Apeminas

**Renata Viana de Lima Netto**

Diretora Social da Apeminas

Precisamos, ainda, de incentivo à participação dos colegas em eventos como o Congresso Nacional dos Procuradores dos Estados e do DF, ainda que através da mera desoneração momentânea de trabalho.

Por outro lado, é imperativo que consigamos efetivar a carreira de residente jurídico, que, embora tenha sido aprovada pela ALMG ainda em 2019, ainda não foi implementada. Além de nos mantermos atualizados e preparados juridicamente para enfrentar as complexidades de um Direito centrado na gestão, necessitamos, urgentemente, de apoio técnico especializado. O cenário jurídico está em constante e acelerada evolução e a formação profissional garante que os colegas estejam a par destas mudanças, permitindo-nos manter a competência nas respectivas áreas. Esta competência é essencial para fornecer serviços jurídicos eficazes e alcançar resultados positivos para o Estado e, como consequência, para a sociedade.

Por fim, faz-se necessária a implementação de políticas de adaptação da carreira aos avanços, permitindo-nos aproveitar novas ferramentas e plataformas para aumentar a eficiência e eficácia. Uma força de trabalho bem formada pode melhorar a reputação da Advocacia-Geral do Estado, demonstrando nosso compromisso com a excelência e nossos elevados padrões de desempenho.

Ao implementar estas estratégias, os advogados públicos podem manter-se juridicamente atualizados e navegar eficazmente pelas complexidades do Direito centrado na gestão e nos resultados, garantindo que estão preparados para enfrentar os desafios jurídicos em evolução, enfrentados pelas instituições públicas. ■

# Fomento à produção científica: um projeto em construção na Advocacia Pública estadual e distrital

Fomentar pesquisas de temas relacionados à Advocacia Pública, pelo olhar dos próprios advogados públicos, é um dos grandes objetivos da Escola Nacional da Advocacia Pública (Esnap), braço acadêmico da Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal (Anape).

Segundo explica a diretora da Esnap, Patrícia Ulson Pizarro Werner, que ocupou o cargo na gestão anterior (2020-2023) e segue exercendo as atividades no triênio 2023-2026, a Escola Nacional coordena a área científica de quatro grandes áreas, voltadas para a qualificação e o aprimoramento profissional: o Congresso Nacional dos Procuradores dos Estados e Distrito Federal (CNPE); cursos de extensão e atualização; editoração de revistas e trabalhos científicos; e cursos de pós-graduação.

Como um dos pontos altos desse grande projeto da Esnap/Anape de incentivo à qualificação e aprimoramento profissional, Patrícia Werner destaca a realização, no período de fevereiro de 2022 a abril de 2023, do curso de pós-graduação *latu sensu* em Direito Público, em convênio com a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP), com perspectiva de edição de publicação especial e abertura de nova turma.

Significativo passo foi dado na última reunião do Conselho Deliberativo da Anape, realizada em 14 de março, em Manaus (AM), quando o presidente, Vicente Braga, reconhecendo a necessidade do estabelecimento de políticas de incentivo à capacitação dos advogados públicos, conclamou os presidentes das associações estaduais e distrital a adotarem pautas que sensibilizem os gestores a respeito dos reais benefícios institucionais alcançados com a atualização acadêmica dos profissionais que representam os interesses estatais.

**Res Publica** - Em linhas gerais, quais os benefícios, para o profissional que integra a Advocacia Pública estadual e distrital, de participação em cursos de capacitação, especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado? Esse conhecimento interfere ou repercute na atuação desses profissionais?

**Patrícia Ulson Pizarro Werner** - Sem dúvidas, traz muitos benefícios nos aspectos profissional, social e pessoal. A repercussão positiva é imediata, é um grande estímulo. Um profissional mais qualificado é, com certeza, mais capacitado para defender o interesse público. Nas carreiras jurídicas, é indispensável investir na educação em suas várias vertentes, no aperfeiçoamento, na especialização e na pós-graduação. Sob o aspecto acadêmico, proporciona compreender a evolução do estudo do Direito dentro de uma realidade muito dinâmica, intensificada pela complexidade da própria noção do Estado, objeto central e razão de ser da nossa missão institucional, o que requer o aperfeiçoamento constante para assimilar conceitos clássicos e contemporâneos, além da necessária formação multidisciplinar. É também uma grande oportunidade para a descoberta de habilidades, de encontrar novos caminhos para a atuação profissional, incluindo o estímulo para escrever artigos científicos, livros, ministrar aulas, palestras, participar de grupos de estudos.



Acervo pessoal

## Patrícia Ulson Pizarro Werner

Diretora da Escola Nacional da Advocacia Pública (Esnap-Anape)

Como exemplos de iniciativas que podem fomentar essa qualificação, Patrícia Werner cita a experiência da PGE/SP, na qual há incentivo financeiro e apoio para os cursos realizados no Estado e Brasília (DF), via Centro de Estudos e Escola Superior da PGE/SP.

Patrícia Ulson Pizarro Werner é procuradora do Estado de São Paulo, com atuação na área da Consultora Jurídica, junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. É doutora e mestre em Direito do Estado pela PUC-SP.

**RP** - Quais ações a Escola Nacional da Advocacia Pública (Esnap/Anape) tem desenvolvido para a qualificação dos seus associados? A senhora destacaria algum programa, evento, convênio, parceria?

**PUPW** - A Esnap tem a missão de coordenar a área científica de quatro grandes áreas: cursos de pós-graduação; Congresso Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal (CNPE); cursos de extensão e atualização; e a editoração das revistas e trabalhos científicos. Os eventos são realizados em parceria com as diversas associações de procuradores dos Estados/DF, com o fim de aprofundar estudos e de compartilhar experiências acadêmicas, sociais e culturais.

A Anape tem a alegria de realizar o evento mais longo da área jurídica no Brasil e, neste ano de 2024, o CNPE chega à sua 50ª edição. Os congressos estão batendo recorde de público, com aumento significativo do número de teses apresentadas por associados. Em 2024, o evento será realizado em Goiânia, de 11 a 14 de novembro, com o tema “Meio século: avanços e desafios da Advocacia Pública na realização dos objetivos fundamentais da República Brasileira”, em parceria com a Associação dos Procuradores do Estado de Goiás (Apeg).



**RP - Em relação aos encontros nacionais, algumas áreas já vêm mantendo significativa periodicidade e adesão dos procuradores dos Estados e Distrito Federal...**

**PUPW -** Sim, alguns já estão bem consolidados, como o *Encontro Nacional das Procuradorias Fiscais* (ENPF), que já está em sua 11ª edição. É uma história de muito sucesso, principalmente por adotar um modelo que possibilita a participação efetiva dos procuradores da área. Neste evento, que será realizado de 29 de abril a 1º de maio, em Belém (PA), a Esnap lançou o projeto-piloto de chamada para compartilhamento de *Boas Práticas*, em parceria com a Associação dos Procuradores do Estado do Pará (Apep).

Também acho importante ressaltar que na terceira edição do *Encontro Nacional de Procuradores de Meio Ambiente* (ENPMA), realizada, em março, em Manaus (AM), foi adotado como novidade, em parceria com a Associação dos Procuradores do Estado do Amazonas (Apem) e o Conpeg, um *workshop* para diagnosticar as necessidades da área, visando ao aperfeiçoamento e troca de experiências entre os procuradores.

Destaco também o *Encontro Nacional de Procuradorias de Saúde*, que é um espaço para refletir sobre a complexa questão do direito à saúde sob a ótica do poder público. O último evento foi realizado com muito sucesso, em Belo Horizonte, em parceria com a Associação dos Procuradores do Estado de Minas Gerais (Apeminas), e, com a ajuda da presidente, Célia Cunha Mello, conseguimos traçar um diagnóstico para atualizar e reestruturar a proposta, como a produção de material escrito para compilação de todo o rico conhecimento produzido. A novidade será lançada no evento, a ser realizado, de 18 a 20 de setembro, em Campo Grande, em parceria com a Associação dos Procuradores do Estado do Mato Grosso do Sul (Aprens).

Paralelamente, desenvolvemos vários encontros presenciais e virtuais de temas relevantes, como a série sobre a Reforma Tributária, e está em gestação a ideia de realizar um curso internacional.

**RP - Em outubro do ano passado, foi promovida a formatura da primeira turma do curso de pós-graduação lato sensu em Direito Público, realizado de fevereiro de 2022 a abril de 2023, coordenado pela Esnap, em convênio com a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP). O curso foi especialmente dedicado aos advogados públicos associados da Anape. Como a senhora avalia a produção científica gerada por esse curso? Há perspectiva de novas turmas?**

**PUPW -** A experiência mostrou-se muito frutífera, um caminho virtuoso a ser seguido, superou todas as expectativas. Sempre acreditei na ideia de reunir advogados públicos para estudarem em

conjunto, em especial, procuradores do Estado/DF. Muitos alunos acabaram de se formar e já ingressaram no mestrado ou doutorado, inclusive na própria FDUSP. Em relação à produção científica, a primeira Revista da Esnap está sendo editada e, em breve, será lançada, com conteúdo exclusivo produzido durante o curso. Agora, o nosso desafio é lançar a sonhada revista com perfil para pontuação acadêmica. Esse é um projeto que está pronto e precisa de mais tempo para ser executado. Quanto à possibilidade de novas turmas, há perspectiva, sim.

**RP - Como a Esnap conseguiu viabilizar o curso de pós graduação?**

**PUPW -** A inspiração sobre o caminho a seguir veio de uma conversa que tive com minha grande amiga e mestre Maria Paula Dallari Bucci, professora da FDUSP. Acompanho seus estudos e participo dos seus grupos de pesquisa há anos, e a sua ideia de desenvolver a teoria jurídica das políticas públicas, com enfoque na visão do Poder Executivo, sempre me fascinou e mostrou ser o elo para compreensão plena e interdisciplinar dos vários ramos de atuação da Advocacia Pública. Ela comentou que a Reitoria da Universidade de São Paulo tinha uma resolução para regulamentar parcerias, era o que precisávamos. A partir desse momento tudo deu certo. Formatamos o projeto-piloto com agilidade, pois já tínhamos muita experiência em trabalhar juntas e afinidade. O presidente da Anape, Vicente Braga, agregou e contribuiu e, em menos de um ano, conseguimos elaborar o curso, obter a aprovação inédita do Curso de Direito Público na Congregação da FDUSP e na Reitoria da USP. Construímos o site e toda infraestrutura necessária, lançamos o curso, convidamos professores e formamos o corpo discente dos sonhos! Deu tudo certo.

**RP - Qual a importância, para a Advocacia Pública, de um curso como o realizado pela Esnap/FDUSP?**

**PUPW -** A qualificação acadêmica solidifica o reconhecimento da instituição Advocacia Pública, produz um ciclo benéfico para o aprimoramento da atuação na área político-institucional. Importante refletir sobre a própria Advocacia Pública no âmbito acadêmico, com a ideia da "Advocacia Pública Estruturante" pela gênese de seu papel fundamental para a manutenção do Estado Democrático de Direito, tema tratado na disciplina *Filosofia do Direito* no nosso curso de pós-graduação. Ou seja, abordar temas como a missão, valores, estimular a criação de mecanismos de controle interno e externo de avaliação para diagnosticar quais são as estratégias conscientes para pensar em um projeto futuro, no qual, gradualmente, a Advocacia Pública seja reconhecida pela qualificação, competência, conduta ética e como um local de trabalho digno e agregador.

**RP - Atualmente, há alguma área de atuação do procurador do Estado que demande atenção especial na qualificação profissional?**

**PUPW -** Sim, muitas! Quando escolhemos o tema geral do curso "Direito Público" foi justamente para possibilitar a sua atualização, seguindo essa dinâmica intensa de mudanças. Citaria a Reforma Tributária, a Lei Geral de Proteção de Dados, a Nova Lei de Licitações, Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) e Teoria Jurídica das Políticas Públicas.

**RP - Há alguma política de incentivo, por parte dos Estados e do Distrito Federal, quanto à participação dos procuradores dos Estados e distritais nos cursos de especialização, mestrado, doutorado, pós-doutorado?**



O evento, que chega à sua 50ª edição, e será realizado em Goiânia (GO), de 11 a 14 de novembro, é o mais longo da área jurídica no Brasil

**PUPW** - Sou procuradora do Estado de São Paulo, e posso destacar a experiência da PGE/SP, na qual há incentivo financeiro e apoio para os cursos realizados no Estado, via Centro de Estudos e Escola Superior da PGE/SP, dos quais nos orgulhamos muito pelos excelentes resultados na melhor qualificação da carreira e consequente aumento da excelência dos serviços prestados. Destaco algumas iniciativas:

O *Programa Pró-livro*, destinado à concessão de ajuda financeira ao procurador do Estado que adquirir livros, inclusive eletrônicos, nacionais e estrangeiros, e códigos de legislação nacional e estrangeira (Resolução PGE nº19/18);

O *Programa Ajuda Financeira para capacitação*, que consiste no reembolso de despesas realizadas por procurador do Estado e por servidor da PGE/SP, com cursos, condicionado à comprovação de existência de disponibilidade financeira e orçamentária, abrangendo: cursos de doutorado, mestrado e especialização, promovidos por entidade de ensino sediada no Estado de São Paulo, e, no caso dos procuradores do Estado em exercício em Brasília, de entidades sediadas no Distrito Federal; cursos de curta duração como atualização, extensão, congressos, simpósios e seminários, promovidos por entidades culturais ou de ensino sediadas no território nacional; cursos ou aulas de idioma. Em linhas gerais, abrangem somente os cursos realizados no Estado de São Paulo ou Brasília, para os procuradores lotados no Distrito Federal. Não inclui despesas relativas a cursos de especialização integrados a curso preparatório para concursos públicos. Há contrapartida por parte dos beneficiários, como o compromisso de redigir um artigo doutrinário por ano cursado para Revista da PGE e apresentar proposta de disseminação do conhecimento obtido (Resoluções PGE nº 29/07, nº 28/19 e nº 13/22).

Há também os programas *Pro Hardware* e *Pro Software*, que compreendem ajuda para aquisição de equipamentos de informática portáteis e aplicativos (Resolução PGE nº 9/14 c.c. Resolução PGE nº 14/23 e Resolução nº 6/15).

Temos ainda que abrir espaço para participação em cursos de pós-graduação em outras localidades, inclusive em âmbito internacional. Acredito que, com a fixação de regras e estrutura para trabalhar no sistema *home office*, muitas portas poderão ser abertas nesse sentido. Será um grande avanço.

**RP** - Como os Estados/DF podem/devem incentivar os procuradores a participarem de cursos de especialização, mestrado, doutorado, pós-doutorado? A Anape tem alguma sugestão, pauta, relativa à matéria?

**PUPW** - Em âmbito geral, percebemos algumas ações de fomento, como aumento remuneratório; progressão na carreira (promoções); lotação do profissional que viabilize a produção acadêmica e a participação em cursos, incluindo a possibilidade de prestação de serviço em *home office* (que hoje é uma realidade); redução e/ou exoneração da carga de trabalho durante a dedicação do profissional à produção acadêmica, apenas para mencionar algumas hipóteses.

A esse propósito, respondendo à segunda pergunta, iniciamos uma pesquisa sobre o perfil de cada PGE sobre o tema qualificação profissional do procurador do Estado/DF, com o fim de compartilhar experiências e permitir a disseminação das boas práticas. O presidente da Anape, Vicente Braga, na última reunião do Conselho Deliberativo, realizada em 14 de março, em Manaus, reconheceu a necessidade do estabelecimento de políticas de incentivo à capacitação dos advogados públicos e conclamou os presidentes das associações estaduais e distrital a adotarem pautas que sensibilizem os gestores a respeito dos reais benefícios institucionais alcançados com a capacitação dos profissionais que representam e defendem os interesses estatais.



Divulgação: Esnap/Anape

Em 26 de outubro de 2023, foi realizada a formatura da primeira turma do curso de pós graduação *lato sensu* em Direito Público, coordenado pela Esnap/Anape, em convênio com a FDUSP. Na foto, a diretora da Esnap, Patrícia Werner, a professora da FDUSP, Maria Paula Dallari Bucci, e o presidente da Anape, Vicente Braga, ao lado dos formandos. Entre eles, os procuradores do Estado de Minas Gerais: Levy Leite Romero; Paloma Inaya Nicoletti da Silva; Soraia Brito de Queiroz; Thiago de Oliveira Soares; Thiago Diniz Mateus dos Santos; e Renata Viana de Lima Netto, diretora Social da Apeminas

Nas palavras dele, “é limitada a visão do Estado que não incentiva a qualificação do profissional que integra a sua Advocacia Pública. Não há dúvida de que o advogado público, que ingressa nos quadros das respectivas PGEs pela estreita via do concurso público, permanecendo na carreira por décadas, tem que se atualizar, reciclar, renovar. Ora, o direito é dinâmico e os operadores do Direito têm que acompanhar esse movimento”.

“ Em âmbito geral, percebemos algumas ações de fomento, como aumento remuneratório; progressão na carreira (promoções); lotação do profissional que viabilize a produção acadêmica e a participação em cursos ”

**RP** - Em relação a esse tema Capacitação e Qualificação profissional, a senhora teria alguma mensagem especial para os associados da Anape e das associações estaduais?

**CC** - Em primeiro lugar, quero destacar e agradecer imensamente a parceria de cada pessoa que ajuda a edificar a Esnap/Anape, uma construção efetivamente coletiva, que precisa da participação essencial dos associados, das Associações Estaduais e da Diretoria. A Diretoria da Esnap somente colabora para fornecer ferramentas acadêmicas para o fortalecimento da Anape. Em segundo, convidar a todos a prestigiarem os eventos, a enviarem sugestões para aprimorar os trabalhos, seguindo as novidades no Portal da Anape e demais canais de comunicação.

# Projetos e ações do Centro de Estudos Celso Barbi Filho



Carol Salgado/AGE-MG

Ana Paula Araújo Ribeiro Diniz  
Coordenadora do Centro de Estudos Celso Barbi Filho, da Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais (AGE-MG)

## 1. Sua criação

Em 1996, na gestão de Arésio Dâmaso, foi editada a Portaria nº 336, que constituiu a Comissão para instalação do Centro de Estudos da Procuradoria-Geral do Estado, sob a presidência da procuradora do Estado Cármen Lúcia Antunes Rocha.

Em 2001, por meio da Resolução nº 59, passou a denominar-se *Centro de Estudos Celso Barbi Filho*, homenagem ao saudoso colega, procurador do Estado, que faleceu precocemente e, brilhantemente, atuou na Consultoria Jurídica.

A mesma Resolução estabeleceu as atribuições do Centro de Estudos, reafirmando o propósito de aperfeiçoamento profissional dos procuradores do Estado e dos servidores, pela promoção de eventos, cursos e outros instrumentos de transmissão do conhecimento.

Após a Emenda Constitucional 56/2003, que instituiu a Advocacia-Geral do Estado (AGE-MG), os procuradores do Estado Alberto Guimarães Andrade, Onofre Alves Batista e Alessandro Henrique Soares Castelo Branco coordenaram o Centro de Estudos. Atualmente, exerce essa função desde 2022.

## 2. Projetos e Atividades

A criação do Centro de Estudos resulta da demanda por formação continuada, compreendida como um conjunto de iniciativas e práticas educativas, com o objetivo de propiciar oportunidades de desenvolvimento profissional, elevando os padrões técnicos e científicos dos serviços prestados à Administração Pública.

Neste diapasão, em 2022, teve início o “*Projeto Ação Educacional - Treinamento Interno*”, desenvolvido em parceria com Tatiana Sales Cúrcio, coordenadora do Núcleo de Assessoramento Jurídico (NAJ) e, inicialmente, também por Alessandro Henrique Soares Castelo Branco, na ocasião, coordenador do Núcleo de Uniformização de Teses (NUT), hoje, sob direção de Ana Cristina Sette Bicalho Goulart.

Destina-se à realização de *webinários* quinzenais, abordando temas diversos, como a apresentação de todas as unidades especializadas de atuação (PDE - Demandas Estratégicas; PAF - Autarquias e Fundações; PA - Administrativa e de Pessoal; PDOP - Direitos Difusos, Obrigações e Patrimônio; PDA - Dívida Ativa; PDAT - Diretoria Administrativa Especializada; PTPT - Tesouro, Precatórios e do Trabalho) e temas processuais, como cumprimento de decisões judiciais; administrativos, como processo disciplinar e tutela da probidade; e inerentes à estrutura interna, como os direcionados à apresentação da Superintendência de Cálculos e Assistência Técnica (SCAT).

Estes eventos são direcionados aos servidores e procuradores da AGE-MG, advogados autárquicos e demais servidores de órgãos da Administração direta e indireta do Estado. Vale informar que as palestras estão disponibilizadas no [canal do YouTube da AGE](#).

Neste norte, considerando o início da vigência da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, foi idealizada uma série de palestras, em formato virtual, sobre a aplicação do novo regulamento. Objetivando abordagem aprofundada, com especialistas na área, inicialmente foram idealizados 8 módulos, que foram estendidos, dada a importância e interesse no assunto por toda a Administração Pública.

Ainda compete ao Centro de Estudos coordenar a edição e publicação periódica anual da Revista Jurídica da AGE, que se encontra em sua 19ª edição. Seu último fascículo, publicado em julho de 2023, foi uma edição especial em comemoração aos 20 anos da instituição.

O acervo bibliográfico da AGE-MG, composto por repertório doutrinário nacional e de Direito Comparado, situado no edifício sede, localizado na Av. Afonso Pena, nº 4.000, 8º andar, é supervisionado pela Coordenadoria do Centro de Estudos, em articulação com a Diretoria-Geral.

Objetivando o incentivo à leitura, em 2023 foi implementado o projeto *AGente da Leitura*, que promoveu a doação de mais de 450 livros de literatura, dos mais diversos gêneros literários, como romance, ficção, crônicas, poemas e biografias, dos quais 55 já foram emprestados para os leitores da Casa.

## 3. O que está por vir

A Advocacia-Geral do Estado, por meio de tratativas junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG), pretende firmar um convênio de cooperação entre os dois órgãos, com objetivo de que seja disponibilizado o acesso à biblioteca digital e física daquele Órgão aos servidores e procuradores da AGE-MG.

Ainda, a atual gestão aprovou a implantação do estágio de pós-graduação, instituído pela Resolução nº 48/2020. No dia 24 de fevereiro deste ano foi publicado o primeiro edital de Processo Seletivo realizado pela AGE-MG por meio do Centro de Estudos, para o preenchimento de 18 vagas.

Por fim, com o propósito de aperfeiçoamento profissional dos integrantes da AGE-MG, o Centro de Estudos continuará realizando *webinários* e seminários presenciais com vistas ao *Projeto Ação Educacional - Treinamento Interno*, além de outras séries de módulos em áreas de interesse, sobretudo tributária, observando a relevância do tema e a recente aprovação da Reforma Tributária.



# Residência jurídica na Advocacia-Geral: investimento em benefício do Estado e dos operadores do Direito

Com o recente ingresso de 42 novos procuradores do Estado, a partir de janeiro deste ano, a Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais conta, agora, com 444 profissionais em atividade. Um número que, para a presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello, representa significativo reforço, mas que continua insuficiente para atender às demandas do Estado, seja por meio de assessoramento e consultoria, seja pela representação extrajudicial e judicial dos órgãos do Executivo. Segundo ela, uma alternativa que ajudará a equilibrar a oferta e a demanda de serviços dos advogados públicos estaduais será a implantação do Programa de Residência Jurídica, já aprovado pelo Legislativo mineiro.

“A Lei Complementar nº 151, de 17 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a estrutura orgânica da AGE-MG, já prevê a instituição do Programa de Residência Jurídica, destinado a bacharéis em Direito e estudantes de cursos de pós-graduação da área jurídica. Mas, passados quatro anos desde a aprovação da lei, com o referendo da própria Assembleia Legislativa de Minas Gerais ao programa, a Advocacia-Geral de Minas Gerais ainda não conseguiu prover o órgão com esse reforço de pessoal tão necessário”.

**Desempenho** - Célia Cunha Mello ressalta que, além de contribuir com o aprofundamento técnico dos acadêmicos interessados nas pautas da Advocacia Pública, a residência jurídica dará novo impulso à AGE-MG, que tem papel estratégico para o Estado.

“Sabemos das limitações orçamentárias do Executivo mineiro, o que dificulta a contratação de pessoal em seus mais diversos órgãos. Mas, no caso da AGE-MG, é preciso ressaltar que a contratação de residentes não é propriamente um custo, mas, sim, um investimento no próprio Estado, eis que é inegável a relação íntima e estreita entre a arrecadação estatal e o desempenho funcional da AGE-MG. Sem falar da economia e na otimização dos gastos públicos decorrentes da atividade consultiva da Advocacia Pública, que, por seu ca-



A Lei Complementar nº 151, de 17 de dezembro de 2019, aprovada pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais, dispõe sobre a estrutura orgânica da AGE-MG e já prevê a instituição do Programa de Residência Jurídica

ráter preventivo, sequer pode ser estimado”.

**Números** - Como exemplos, ela cita a realização de acordos da mais alta complexidade, que exigiu grande preparo e celeridade dos procuradores do Estado, como o firmado com a mineradora Vale, em fevereiro de 2021, que garantiu aos cofres públicos recursos da ordem de R\$ 37,68 bilhões, a título de compensação pelos graves danos socioambientais e socioeconômicos causados pelo rompimento da Barragem Córrego do Fundão, em Brumadinho, em 2019; os acordos de leniência, com recuperação de cerca de R\$ 400 milhões nos últimos quatro anos; a recuperação de R\$ 3,6 bilhões em dívidas ativas, tributárias e não tributárias, nos últimos cinco anos, assegurando mais recursos para o Estado investir em políticas públicas para a população.

“São apenas alguns exemplos e números que podemos recortar, nos últimos cinco anos, mesmo com um quadro enxuto de procuradores do Estado. Estes resultados serão potencializados com o ingresso de residentes na AGE-MG”, defende.

Procuradorias-Gerais de outros Estados já vêm experimentando, com muito sucesso, programas de residência jurídica, a exemplo de São Paulo.

**São Paulo** - A Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo, que hoje reúne 782 procuradores em atividade, de um total de 1.203 cargos, já está na terceira edição do seu Pro-

grama de Residência Jurídica.

Iniciada em fevereiro de 2023, com duração de 24 meses, a terceira edição do Programa de Residência Jurídica destinou 100 vagas a bacharéis em Direito cursando pós-graduação *lato ou stricto sensu* em Direito, em instituição de ensino oficialmente reconhecida, para atuação na capital (98) e Brasília (2). O programa tem carga horária de 20 horas semanais e é composto por atividades acadêmicas, atividades de ensino complementares desenvolvidas pelo Centro de Estudos da PGE/SP, e por treinamento prático, conferindo apoio às atividades desempenhadas pelos procuradores do Estado.

**2021** - O Programa de Residência Jurídica na PGE/SP foi instituído pela Resolução PGE nº 23, de 29 de julho de 2021, com processo seletivo iniciado em novembro daquele ano e começo das atividades dos residentes já no primeiro trimestre de 2022. Naquela época, o programa contemplou 30 bacharéis em Direito, que frequentaram, gratuitamente, o curso de pós-graduação *lato sensu* em Advocacia Pública da Escola Superior da PGE e desempenharam atividades práticas na capital. A residência teve duração de 24 meses, com carga horária de 28 horas semanais, sendo 20 horas destinadas às atividades práticas e oito horas semanais para as atividades acadêmicas na Escola Superior da PGE.

aci/PGE-SP



*“O programa de Residência Jurídica reflete o comprometimento da Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo em promover o aprimoramento profissional e acadêmico dos graduados em Direito, também por meio de uma imersão prática em apoio às atividades dos procuradores do Estado. É uma experiência enriquecedora que vai proporcionar a todos uma vivência completa do ambiente da Advocacia Pública estadual”*

**Inês Maria dos Santos Coimbra**

Procuradora-Geral do Estado de São Paulo (PGE/SP)

Presidente do Colégio Nacional de Procuradores-Gerais dos Estados e do Distrito Federal (Conpeg)

# Autocomposição extrajudicial: novo desafio para a Advocacia Pública

Paulo Valadares Versiani Caldeira Filho  
Vice-presidente da Apeminas; coordenador de área, lotado na Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos (CPRAC)



Adriana Porto/Apeminas

Aproveitando o dia 7 de março, Dia Nacional da Advocacia Pública, proponho uma reflexão sobre o Direito Público brasileiro, que tem sido bastante desafiado ao longo das últimas duas décadas. Não bastasse a pressão política para a reforma administrativa do Estado, do Sistema Previdenciário, do Sistema Tributário, entre outros, assistiu-se à ampliação do uso, pelos entes públicos, de institutos que até recentemente lhes eram estranhos. Refiro-me especificamente aos chamados meios “alternativos” de solução de conflitos - especialmente a conciliação e a mediação.

Há muito se sabe que a litigiosidade por parte da administração pública é um peso para os cofres públicos, um entrave ao desenvolvimento nacional, além de demandar um considerável dispêndio de energia e de recursos pelos contribuintes em processos longos que não têm nenhuma relação com a sua atividade-fim.

E a resposta para esse problema passa não só pela adoção de saídas alternativas ao Poder Judiciário para a solução dos conflitos, ou por

medidas que permitam soluções judiciais mais rápidas para os processos em curso. Tornou-se imperioso buscar uma nova conduta do Estado em relação ao tema.

É necessária verdadeira ruptura de paradigmas. De uma época em que a composição consensual de conflitos envolvendo interesses da administração era, se não ilegal, admitida em poucas hipóteses restritas a questões contratuais de menor relevância, vê-se, agora, a imposição da busca de soluções extrajudiciais de litígios. É o que deflui do novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015) e da Lei de Mediação (Lei 13.140/2015). E certamente as inovações não se encerrarão por aí.

Em abril de 2020, foi sancionada a Lei 13.988/2020, que estabeleceu os requisitos e as condições para que a administração federal e os devedores realizem transação resolutive de litígio relativo à cobrança de créditos de natureza tributária ou não tributária, açambarcando seara que até então julgava-se inatingível por princípios negociais. E está em fase de

elaboração projeto de lei que autoriza a celebração de transação resolutive de litígios tributários no âmbito do Estado de Minas Gerais.

Essa ruptura de paradigmas exigirá, dos advogados públicos responsáveis pelo acompanhamento do contencioso do Estado, uma adaptação de sua forma de examinar e escolher as melhores estratégias processuais para a solução dos conflitos, porquanto assumiu especial relevância a análise dos custos de transação de disputas judiciais. A economia de tais custos há de ser sempre considerada para a solução do litígio, a justificar a escolha entre um ou outro método capaz de levar ao fim desejado.

É nesse contexto que, nos conflitos entre administração e administrado, quando inevitáveis, a Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais busca sempre alcançar o consenso, atendidas, obviamente, as balizas da legalidade, da moralidade e da eficiência, impostas diretamente pela Constituição da República.

*\*Artigo publicado no jornal O Tempo, em 6 de março*

## Apeminas promove campanha para a sociedade

O Dia Nacional da Advocacia Pública, comemorado em 7 de março, foi uma oportunidade de a Apeminas informar à sociedade quais são os reflexos, na vida do cidadão, da atuação dos procuradores do Estado de Minas Gerais.

O objetivo foi mostrar como o trabalho desses profissionais, em diversos órgãos vinculados ao Poder Executivo, tanto por meio de consultoria e assessoramento jurídico quanto por representação judicial e extrajudicial, pode garantir a legalidade dos atos administrativos, combatendo a corrupção, recuperando créditos e viabilizando políticas públicas.

Para tanto, a Apeminas promoveu, em suas redes sociais, no período de 1º a 7 de março, uma campanha informativa, desta-

cando seis grandes feitos da Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais (AGE-MG), nos últimos quatro anos: acordo de Brumadinho; acordos de leniência; ações céleres e inovadoras no enfrentamento da Covid-19; recuperação recorde de ativos; regularização fundiária; viabilização do Rodoanel.

A campanha foi encerrada no dia 7, com mensagem de cumprimento da presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello, aos advogados públicos federais, estaduais, distritais e municipais, em especial, aos procuradores do Estado de Minas Gerais.

Com o mesmo propósito de tornar pública a atuação dos procuradores do Estado de Minas Gerais, a Apeminas promoveu outras

ações de comunicação, que resultaram na publicação de dois artigos. Um deles, assinado pelo vice-presidente da Apeminas, Paulo Valadares Versiani Caldeira Filho, reproduzido nesta edição do Res Publica, trata sobre a política inovadora e paradigmática, pautada na conciliação e mediação, instituída pela AGE-MG.

O segundo artigo, sobre *A atuação dos procuradores do Estado de Minas Gerais na saúde*, de autoria da procuradora do Estado e assessora jurídica-chefe da Secretaria de Estado de Saúde (SES) e da Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP), Maria Cecília de Almeida Castro, associada da Apeminas, foi veiculado no dia 7 de março, pelo jornal Diário do Comércio.



# Advocacia-Geral recompõe seus quadros com 42 novos procuradores do Estado de Minas Gerais

A entrada de 42 novos procuradores do Estado, empossados entre dezembro de 2023 e janeiro de 2024, deu novo fôlego à Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais (AGE-MG).

Com a recomposição, o número de advogados públicos em atividade no Estado (capital e interior) subiu de 402 para 444, o que significará melhor distribuição do trabalho e, conseqüentemente, condições mais adequadas para que os procuradores do Estado atuem, com excelência, em diversos órgãos vinculados ao Executivo (tanto por meio de consultoria e assessoramento jurídico quanto por representação judicial e extrajudicial) na defesa intransgigente dos interesses da sociedade mineira.

Embora valorize a conquista, a presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello, chama a atenção para o fato de que o concurso público, iniciado em 23 de junho de 2022, apenas cumpre o efeito de prover as vacâncias na AGE-MG, não representando aumento real no número de advogados públicos estaduais.

**Vacâncias** - “A realização do concurso sempre foi uma das bandeiras da Apeminas, justamente porque o reforço de pessoal contribui para a melhora de condição de trabalho dos procuradores do Estado e, conseqüentemente, viabiliza uma prestação do serviço de maior qualidade para a sociedade. Entre dezembro e janeiro deste ano, recebemos, de braços abertos, os 42 novos procuradores do Estado de Minas Gerais, e esperamos que, em breve, tenhamos novos reforços, com a nomeação das vacâncias já verificadas nos nossos



Carol Salgado/AGE-MG

No dia 28 de dezembro do ano passado, 35 procuradores do Estado foram empossados durante solenidade na Sala Minas Gerais, em Belo Horizonte. O advogado-geral, Sérgio Pessoa de Paula Castro, presidiu a cerimônia, ao lado do advogado-geral adjunto para o consultivo, Wallace Alves dos Santos; do advogado-geral adjunto para o contencioso, Fábio Murilo Nazar; da chefe de gabinete, Ana Paula Muggler Rodarte, e da presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello

quadros, em decorrência, principalmente, de aposentadoria de alguns colegas, neste lapso. Outro enfoque, é importante também a instituição do Programa de Residência Jurídica, aprovado pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais em dezembro de 2019, e que ainda não foi implantado”.

**Recepção** - Para recepcionar os novos procuradores do Estado, a AGE-MG preparou um curso de formação, dividido em duas turmas, constituído por palestras com o Gabinete; advogados regionais, procuradores-chefes, procuradores lotados em diferentes unidades, superintendentes e diretores do órgão, além de autoridades governamentais e dirigentes de entidades parceiras. Entre eles, o controlador-geral do Estado de Minas Gerais, Rodrigo Fontenelle, que destacou os princípios da integridade na administração pública e ressaltou as parcerias entre a

CGE-MG e a AGE-MG, como a construção de acordos de leniência, que totalizam mais de R\$ 400 milhões nos últimos três anos.

**Apeminas** - A Apeminas também participou do curso de formação. A primeira etapa, realizada pela AGE-MG entre 2 e 17 de janeiro, para os 35 primeiros empossados, contou com palestras de membros da Diretoria: da presidente, Célia Cunha Mello; do vice-presidente, Paulo Valadares Versiani Caldeira Filho; da diretora Social, Renata Viana de Lima Netto; da diretora Financeira, Rafaella Barbosa Leão; e da diretora de Comunicação e Relações Institucionais, Daniela Victor de Souza Melo. O presidente do Conselho Consultivo da Apeminas e 2º vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e Distrito Federal (Anape), Ivan Ludovice Cunha, fez uma exposição sobre a atuação da entidade representativa da classe em âmbito federal.

No dia 2 de fevereiro, Célia Cunha Mello voltou à AGE-MG, ao lado do vice-presidente, Paulo Valadares Versiani Caldeira Filho, para informar, à nova turma, formada pelos sete procuradores empossados em janeiro, sobre o papel da Associação. Em sua apresentação, ela fez um breve discurso sobre a história e os objetivos institucionais da Apeminas, falou sobre as prerrogativas e direitos da classe, políticas de capacitação e defesa administrativa e jurídica dos associados. “Desejamos a todos muito sucesso nessa nova trajetória profissional”.



Amanda Marques/Apeminas

Em 29 de janeiro, com a participação da Apeminas, o Gabinete deu posse a mais sete procuradores do Estado de Minas Gerais, totalizando 42 novos profissionais para recomposição dos quadros da AGE-MG

## Sejam bem-vindos

Álan Patrick Borges Oliveira; Aline Maria Ladislau de Sena; Ana Luísa Santos Nogueira; Ana Paula Martinho Saltão; Bárbara Batalha da Silva; Bryan Lucas Reichert Palmeira; Davi Carvalho Soub; Egídio Humberto Peres; Eronildes Comparsi Barragan; Flávia Mensitieri Miranda; Franciele Lemos de Lima; Guilherme Ribeiro Valadares do Amaral; Igor Santos Silva; Isabelle Menezes Vieira da Silva; Kaique Cardoso Bulhões; Larissa Takla de Biase Nogueira; Laura Rizzo; Lucas Brito Melo Mansur; Lucas Dutra Dadalto; Lucas Medeiros de Moura Barreto Alves; Luís Henrique Portela Targino; Luísa de Oliveira Gabrich; Luiz Henrique Pereira Erthal da Costa; Marcus Vinicius Dias Campagnollo; Maria Auxiliadora Garcia Durán Alvarez; Maria José Guerra Ferreira; Marina Grimaldi de Castro; Mateus Rocha de Lisboa; Matheus Siqueira Andrade; Matheus Vinicius Aguiar Rodrigues; Michele Almeida Pimentel; Paula Cristina Dias Veloso; Raniere Fernandes Moura; Ricardo dos Santos Martins; Rodrigo Coelho Laporte; Ronaldo Farias de Oliveira Júnior; Rui Gonçalves de Oliveira Sobrinho; Tatiane Cristina Chaves Pereira; Thales Carvalho Ramos Loureiro; Thays Nogueira Farias Malta; Túlio Henrique Fonseca Araújo; Vinicius Gomes Saboya

## RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS

## Apeminas cumprimenta homenageados com a Medalha do Mérito AGE-MG 2023



Fotos: Carol Salgado e William Fernandes/AGE-MG

Registro do encontro entre autoridades e homenageados durante a solenidade de entrega da Medalha do Mérito da AGE-MG 2023, em 29 de setembro: Izabela Campos, representando o procurador do Estado agraciado, Luiz Marcelo Carvalho Campos (*in memoriam*); o juiz auxiliar da Vice-Presidência e Corregedoria Regional do TRE-MG, Marcelo da Cruz Trigueiro; o advogado-geral adjunto (Contencioso), Fábio Murilo Nazar; a procuradora do Estado Nilza Aparecida Ramos Nogueira (agraciada); o advogado-geral adjunto (Consultivo), Wallace Alves dos Santos; o procurador do Estado Roney de Oliveira Júnior (agraciado); o superintendente do Crédito e Cobrança da SEF/MG, Leonardo Guerra Ribeiro (agraciado); o servidor administrativo da AGE-MG, Sanderson Renato Martins (agraciado); a desembargadora Mônica Jacqueline Sifuentes, presidente do TRF 6ª Região (agraciada); o advogado-geral do Estado de Minas Gerais, Sérgio Pessoa de Paula Castro; a presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello; a chefe de Gabinete da Defensoria Pública de Minas Gerais, Caroline Loureiro Goulart Teixeira; o desembargador Alberto Vilas Boas Vieira de Sousa, 1º vice-presidente do TJMG (agraciado); o coordenador administrativo do Centro Estadual de Autocomposição de Conflitos e Segurança Jurídica do MPMG, promotor de Justiça Jairo Cruz Moreira (agraciado); o comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, coronel Erlon Dias do Nascimento (agraciado), e o comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, coronel Rodrigo Piassi do Nascimento (agraciado).

Em setembro e novembro de 2023, a presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello, representou os procuradores do Estado na entrega da Medalha do Mérito da AGE-MG.

No dia 29 de setembro, ela participou da solenidade realizada no Palácio das Mangabeiras, em Belo Horizonte, para entrega da honraria a 10 dos 11 agraciados. No dia 27 de novembro, integrou um evento, na sede da AGE-MG, especialmente dedicado à entrega da comenda ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Rogério Greco, que, justificadamente, não pôde comparecer à cerimônia realizada anteriormente.

Na solenidade no Palácio das Mangabeiras, Célia Cunha Mello agradeceu aos homenageados, e dedicou palavras especiais aos colegas condecorados: o procurador do Estado Luiz Marcelo Carvalho Campos (*in memoriam*), representado por sua viúva, Izabela Campos; a procuradora do Estado Nilza Aparecida Ramos Nogueira; o procurador do Estado Roney de Oliveira Júnior, e, também, ao servidor administrativo da AGE-MG, Sanderson Renato Martins.

**Autocomposição** - Em seu discurso, o advogado-geral do Estado, Sérgio Pessoa de Paula Castro, ressaltou que a Advocacia-Geral vem se reestruturando para concretizar metas, a exemplo do sucesso na política da

desjudicialização, e também na autocomposição, com a regularização do pagamento de honorários aos advogados dativos, e a construção de acordos, entre eles, o de Brumadinho, fechado em fevereiro de 2021.



Em 27 de novembro, o secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejus), Rogério Greco, recebeu a comenda Medalha AGE-MG 2023. Ele recebeu os cumprimentos da presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello; do advogado-geral adjunto (Consultivo), Wallace Alves dos Santos; do advogado-geral do Estado, Sérgio Pessoa de Paula Castro; da chefe de Gabinete da AGE-MG, Ana Paula Muggler Rodarte; da coordenadora do Centro de Estudos da AGE-MG, Ana Paula Araújo Ribeiro Diniz; do advogado-geral adjunto (Contencioso), Fábio Murilo Nazar; e do diretor-geral da AGE-MG, Fernando Xavier dos Santos

## Célia Cunha Mello reforça grupo 'Elas nas Procuradorias'



Divulgação Apeminas

Integram o grupo 'Elas nas Procuradorias' a presidente eleita da Associação dos Procuradores do Estado do Rio Grande do Sul para o biênio 2024/2025, Roselaine Rockenbach; a presidente da Associação dos Procuradores do Estado da Paraíba, Sanny Japiassú dos Santos; a presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello; a procuradora do Estado do Rio Grande do Sul, Márcia dos Anjos; e a procuradora do Estado do Amazonas, Aline Leal Nunes. Em 5 de dezembro, o grupo apresentou à Diretoria da Anape, com a participação do presidente, Vicente Braga, em Brasília (DF), alguns pleitos relativos à atuação das mulheres na associação nacional. O movimento tem, entre seus objetivos, reunir propostas e ações que assegurem às mulheres participação paritária nos eventos e cerimônias institucionais, contribuindo para que não haja, na Advocacia Pública, discriminação de gênero.

## Presidente e diretor da Adep-MG visitam a Apeminas



Comunicação Apeminas

O assessor adjunto de Saúde, Bruno Barcala, e a presidente da Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos de Minas Gerais (Adep-MG), Marolinta Dutra, fizeram uma visita de cortesia à presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello, no dia 24 de outubro.



## RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS

## Apeminas acompanha visita de Romeu Zema à AGE-MG

Na manhã de 14 de dezembro, a presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello, cumprimentou o governador Romeu Zema, durante visita que ele fez à AGE-MG para agradecer pelos relevantes serviços prestados pelo órgão ao Estado de Minas Gerais. Zema foi recebido pelo advogado-geral do Estado, Sérgio Pessoa de Paula Castro, ao lado da chefe de Gabinete, Ana Paula Muggler Rodarte, e do advogado-geral adjunto (Contencioso), Fábio Murilo Nazar.

Em sua visita, Romeu Zema parabenizou os procuradores do Estado, servidores do administrativo, colaboradores da MGS, estagiários e adolescentes da Assprom pelos resultados entregues pelo órgão em 2023.

Enfatizando a importância do trabalho da AGE-MG tanto no âmbito do consultivo quanto no do contencioso, Zema elencou algumas importantes ações promovidas pelo órgão nos últimos anos. Entre elas, o “Acordo de Brumadinho”, fechado em fevereiro de 2021 com a mineradora Vale, que garantiu recursos da ordem de R\$ 37,68 bilhões aos cofres públicos como medida de reparação pelos graves danos socioeconômicos e socioambientais provocados pelo rompimento da Barragem da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, em janeiro de 2019.



Fotos: Carol Salgado e William Fernandes/AGE-MG

Zema destacou, ainda, a atuação da AGE-MG na redução da dívida com precatórios, além dos pagamentos dos honorários dos advogados dativos por meio do mutirão com o TJMG, a OAB-MG e o TJMMG, entre outros resultados. (Com informações da AGE-MG).



Junto com o advogado-geral, Sérgio Pessoa de Paula Castro, receberam o governador Romeu Zema o diretor-geral AGE-MG, Fernando Xavier dos Santos; a chefe de Gabinete, Ana Paula Muggler Rodarte, e o advogado-geral adjunto (Contencioso), Fábio Murilo Nazar, além de procuradores do Estado, servidores do administrativo e demais colaboradores



Ao lado do advogado-geral, Sérgio Pessoa de Paula Castro, a presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello, recebeu o governador Romeu Zema em visita à AGE-MG

## Procuradores e servidores são agraciados com a Condecoração Jubileu de Prata

No dia 21 de novembro, a AGE-MG promoveu uma cerimônia, no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), em Belo Horizonte, para homenagear 16 procuradores do Estado e seis servidores do administrativo com a *Condecoração Jubileu de Prata*. Participaram do evento 13 procuradores e quatro servidores.

**Procuradores** - Além do advogado-geral, Sérgio Pessoa de Paula Castro, foram agraciados os seguintes procuradores do Estado: Ana Paula Muggler Rodarte, chefe de Gabinete da AGE; Catarina Barreto Linhares; Geraldo Ildebrando de Andrade; José Sad Júnior; Leonardo Bruno Marinho Vidigal (diretor jurídico da Apeminas); Lyssandro Norton Siqueira; Marcelo Barroso Lima Brito de Campos; Paulo Valadares Versiani Caldeira Filho (vice-presidente da Apeminas); Raquel Melo Urbano de Carvalho; Ricardo Magalhães Soares; Rodrigo Peres de Lima Netto; e Thereza Cristina de Castro Martins Teixeira.

Três procuradores não puderam comparecer e foram agraciados em outra oportunidade: Eduardo Goulart Pimenta; Margarida Maria Pedersoli e Maurício Leopoldino da Fonseca.

**Servidores** - Dos seis servidores, quatro participaram da cerimônia: Elaine Cristina Moreira Braga; Euclides de Macedo Fernandes Neto; Maria José de Siqueira; Vinícius Tadeu Soares Alves do Amaral. O servidor Charles Ferreira Felix e a servidora Luciana Lanna de Oliveira receberam suas comendas em outras oportunidades.



Três procuradores, incluindo o advogado-geral, Sérgio Pessoa de Paula Castro, e a chefe de Gabinete, Ana Paula Muggler Rodarte, e quatro servidores do administrativo da AGE-MG, são homenageados pelos advogados adjuntos Wallace Alves dos Santos (Consultivo) e Fábio Murilo Nazar (Contencioso), e pela presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello

Carol Salgado/AGE-MG



## AÇÕES INSTITUCIONAIS

## Célia Cunha Mello reúne-se com procuradores do Estado em Juiz de Fora e Varginha

Em 25 de outubro, a presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello, reuniu-se com os colegas da Regional Juiz de Fora, na Zona da Mata, em encontro organizado pelo advogado regional Lucas Pinheiro de Oliveira Sena.

No dia 26, ela participou de dois eventos, em Varginha, no Sul de Minas: no fim da manhã, integrou a *IV Reunião do Conselho Jurídico do Sul de Minas*, promovido pelo Grupo Unis, com palestra do advogado-geral, Sérgio Pessoa de Paula Cas-



Divulgação/AGE Varginha

No dia 27, a Regional Varginha reuniu procuradores do Estado para uma palestra sobre o fomento à cultura da consensualidade

tro, sobre a *Advocacia Pública e a Consensualidade pelo Sistema Multipartual*.

À noite, fez parte do *VII Encontro-Sul Mineiro de Advocacia Pública*, promovido pelo advogado regional, Douglas Gusmão, e pela procuradora do Estado Maria Elisa de Paiva Ribeiro Souza Barquette, em parceria com a 20ª

Subseção da OAB/MG.

No dia 27, Célia Cunha Mello juntou-se aos colegas de Varginha para um café, composto de palestra do coordenador da Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos (CPRAC), Cléber Reis Grego, sobre o fomento à cultura da consensualidade.

## Apeminas investe na saúde dos seus associados

Como reforço à sua política de promoção da saúde e qualidade de vida, em setembro, a Apeminas firmou convênio com a ARM Fisioterapia e Saúde (Arthro), que prevê a concessão de desconto de 20% para os seus associados e familiares (ascendentes e descendentes). Na mesma linha, em novembro, a Apeminas e a empresa Centro Visão (Optica Barata Diniz Ltda), localizada no pilotis da sede da AGE-MG, em Belo Horizonte, firmaram convênio, com oferta de descontos diferenciados para associados e familiares, na aquisição de produtos e serviços.

## PROMOÇÃO DO CONHECIMENTO

## Apeminas incentiva participação de seus associados em congresso nacional

Em linha com sua política de promoção do conhecimento, a Apeminas reembolsou o valor das inscrições, para os seus associados, no *49º Congresso Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal*, realizado de 6 a 9 de novembro, em Florianópolis (SC), pela Associação dos Procuradores do Estado de Santa Catarina (Aproesc) e Anape.

Dedicado ao tema *Sustentabilidade e direito ao futuro: o papel da Advocacia Pública*, o evento reuniu 900 participantes, contando com a presença do presidente do STF, Luís Roberto Barroso, da ministra do STF, Cármen Lúcia Antunes Rocha (em modo virtual), e do ministro do STJ, Humberto Martins, além de palestra do procurador do Estado de Minas Gerais, Lyssandro

Norton Siqueira. Duas associadas tiveram seus trabalhos aprovados: Soraiá Brito de Queiroz, que apresentou tese sobre *O Processo Administrativo e sua Relação com a Redução das Demandas Judiciais*; e Letícia Rodrigues Vicente, que tratou sobre *A Nova Lei de Licitações, a Consolidação de Práticas ESG no Setor Público e as Perspectivas de Atuação da Advocacia Pública*.

## PUBLICAÇÕES

## Centralização de Compras Públicas no Brasil

O procurador do Estado Eduardo Grossi Franco Neto, assessor jurídico-chefe do Centro de Serviços Compartilhados - CSC/Seplag-MG, lançou, pela Editora Thoth, o livro intitulado *Centralização de Compras Públicas no Brasil: Análise Comparativa dos Modelos Norte-Americano e Comunitário Europeu de Acordos - Quadro com os Procedimentos Auxiliares da Licitação da Nova Lei de Licitações nº 14.133/2021*.

## Direito Administrativo entre tradição e transformação

Organizado pelo advogado, professor de Direito Público da UFMG e ex-advogado-geral do Estado de Minas Gerais, Onofre Alves Batista Júnior, e pela professora titular de Filosofia da Tecnologia e do Direito da Faculdade de Direito da UFMG, Mariah Brochado, o livro *Direito Administrativo entre tradição e transformação: os desafios da gestão pública no Estado de Direito contemporâneo* foi lançado pela Editora Dialética, em homenagem à presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA), Cristiana Fortini.



## PRODUTOS E SERVIÇOS

**Res Publica** - O jornal, de periodicidade trimestral, é distribuído para os associados por WhatsApp e na versão impressa, também destinada às entidades parceiras, veículos de comunicação e Mundo Oficial. A cada edição, apresenta a coluna Palavra da Diretoria, entrevista, artigos e matérias sobre temas especiais, além de notícias sobre as principais ações da Apeminas.



**APE News** - A newsletter, ou boletim virtual, tem duas páginas e é distribuída todas as sextas-feiras, por e-mail e WhatsApp, aos associados Apeminas. A publicação divulga, de forma breve, informações sobre ações da Associação e da AGE-MG, indica artigos e livros, e apresenta notas sobre decisões do Judiciário, Legislativo e Executivo, de interesse da Advocacia Pública.

**Redes Sociais** - Diversas vezes por semana, a Apeminas divulga, em seus canais no Facebook, Instagram, X e LinkedIn, as principais ações da Apeminas, eventos, artigos e análises de acontecimentos que possam contribuir para o exercício profissional e qualificação de seus associados.



**Site** - No site da Apeminas são destacadas as principais ações ou acontecimentos de interesse do associado, assim como convênios, convocações e articulações relativas à classe.



Também são disponibilizadas todas as edições do *Res Publica* e do *APE News*, entre outras publicações e conteúdos.

**APEClipping** - O APEClipping é distribuído, todos os dias úteis, aos associados da Apeminas. É uma coletânea de notícias publicadas pelos veículos de comunicação do Brasil e de Minas, especialmente selecionadas para os procuradores do Estado de Minas Gerais.

**Campanha saúde** - A Apeminas tem desenvolvido uma campanha, por meio de suas redes sociais, para estimular os associados a praticarem atividades que levem à saúde e ao bem-estar. Uma vez por mês, um associado compartilha com os colegas a sua experiência e os benefícios para o corpo, a mente e o espírito.



## RES PUBLICA

Informativo da Associação dos Procuradores do Estado de Minas Gerais - APEMINAS

www.apeminas.org.br

**Apeminas - Diretoria - Presidente:** Célia Cunha Mello; **Vice-Presidente:** Paulo Valadares Versiani Caldeira Filho; **Diretor Administrativo:** José dos Passos Teixeira de Andrade; **Diretora Financeira:** Rafaella Barbosa Leão; **Diretora Social:** Renata Viana de Lima Netto; **Diretora de Comunicação e Relações Institucionais:** Daniela Victor de Souza Melo; **Diretora de Relações com os Aposentados e Pensionistas:** Adrienne Lage de Resende; **Diretor de Relações com as Unidades no Interior do Estado:** Vinícius Rodrigues Pimenta; **Diretor Jurídico:** Leonardo Bruno Marinho Vidigal.

**Conselho Fiscal - Presidente:** João Viana da Costa; **Secretária:** Aline Cristina Oliveira Amaranti; **Vogal:** Sávio de Aguiar Soares. **Conselho Consultivo - Presidente** (membro nato): Ivan Luduvic Cunha; **Vice-Presidente** (membro nato): Gustavo Chaves Carreira Machado; **Membros:** Ronaldo Maurílio Cheib; Daniel Bueno Cateb; Joana Faria Salomé.

**Res Publica - Produção editorial:** Mombak Comunicação Estratégica. **Jornalista responsável:** Marli Assis - MTB 5.571-JP. **Redação:** Andrea Rocha. **Projeto gráfico:** Código Plus. **Diagramação:** Danielle Marcussi. **Endereço:** Rua Espírito Santo, 466 / sala 1506 - Centro - Belo Horizonte (MG) - CEP 30160-916. Tels (31) 3261.3532 e (31) 9.9987.5331/WhatsApp. **E-mail:** apeminas@apeminas.org.br. **Site:** www.apeminas.org.br. **Redes sociais:** Facebook, Instagram, X e LinkedIn.